

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                               |           |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: O Globo .....</b>                                                 | <b>2</b>  |
| Título: Decisão judicial defende reoneração somente em 2019 .....             | 2         |
| Título: Niterói é uma das cidades com energia solar mais vantajosa .....      | 4         |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                       | <b>5</b>  |
| Título: Pré-sal já é eficiente como óleo de xisto dos EUA, afirma BP .....    | 5         |
| Título: Ativos que Eletrobras colocará à venda interessam à Shell .....       | 6         |
| Título: Fundo de Singapura e Squadra avaliam leilão da Cesp .....             | 6         |
| Título: Após explosão, Petrobras deve voltar a operar refinaria em 48 h ..... | 7         |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                    | <b>7</b>  |
| Título: Agências para quê? .....                                              | 7         |
| Título: BNDES vai ampliar linha de crédito para energia solar .....           | 9         |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense .....</b>                                     | <b>10</b> |
| Título: Um elétrico 100% nacional .....                                       | 10        |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico .....</b>                                         | <b>11</b> |
| Título: Incêndio não afetará abastecimento, diz ANP .....                     | 11        |
| Título: Shell avalia leilão de ativos da Eletrobras em geração eólica .....   | 12        |
| Título: Destaque .....                                                        | 14        |
| Título: Cresce presença de multinacionais em energia .....                    | 14        |
| Título: Copel prevê queda no endividamento em 2019 .....                      | 16        |
| Título: BP vê custo de exploração do pré-sal competindo com xisto .....       | 18        |
| Título: Aço pede investimento e isonomia .....                                | 19        |
| Título: Cade firma acordo com Copagaz em investigação de cartel .....         | 20        |
| Título: Nada se perde nos processos da Raízen .....                           | 22        |

|                                                                   |    |
|-------------------------------------------------------------------|----|
| Título: Bunge vende contratos de açúcar para Wilmar .....         | 24 |
| Título: Ações globais têm maior série de ganhos em 6 meses .....  | 25 |
| Título: Mercado de seguro para óleo e gás pode dobrar .....       | 26 |
| Título: Mudança de regras destrava investimento estrangeiro ..... | 29 |

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 23/08/2018**

**Seção: Economia**

**Autor: Manoel Ventura**

**Título: Decisão judicial defende reoneração somente em 2019**

Para TRF-3, aumento de tributos no meio do ano fere segurança jurídica.  
Governo esperava arrecadar R\$ 830 milhões com medida

A Justiça começou a tomar decisões que adiam o início da reoneração da folha de pagamento das empresas para janeiro de 2019. A lei que prevê o fim das desonerações aumenta, a partir de setembro, impostos pagos por 28 dos 56 setores hoje beneficiados. Porém, uma decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), em São Paulo, considerou que subir os tributos no meio do ano fere a segurança jurídica e, por isso, a legislação só poderia começar a valer em 2019.

A reoneração foi a prova da em meio à paralisação dos caminhoneiros, no fim de maio. O aumento de arrecadação foi usado como parte da compensação necessária para subsidiar o desconto de R\$ 0,46 no litro do diesel — uma das medidas do governo para encerrar a greve. Com a reoneração, o governo prevê arrecadar R\$ 830 milhões neste ano.

#### EX-SECRETÁRIO VÊ CONTROVÉRSIA

A medida prevê que as empresas voltem a contribuir com 20% sobre a folha de

pagamento para a Previdência, em lugar de recolher um percentual que varia de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. A decisão do TRF-3 foi tomada em um caso específico e beneficiou filiados à Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos e Odontológicos (Abimo). A entidade alegou que as empresas fizeram a opção tributária —sobre a folha ou sobre a receita bruta, o que é vantajoso para quem tem muitos funcionários —no início do ano. Dessa forma, não seria possível para elas, alterar esse recolhimento ao longo do ano fiscal.

—O maior problema da reoneração da folha a partir de setembro é a dificuldade de fazer uma mudança durante o ano fiscal no sistema de pagamento de tributos. Independentemente de custos e prejuízos, iríamos brigar para não ter mudança neste ano —disse o superintendente da Abimo, Paulo Fraccaro. Ele estima que a reoneração da folha significará um custo adicional de R\$ 400 milhões a R\$ 500 milhões por ano aos associados da Abimo.

O desembargador Luiz Alberto Souza Ribeiro concordou com os argumentos e suspendeu a exigibilidade da contribuição sobre a folha de salários apartir de 1º de setembro. Com isso, o recolhimento será feito conforme a opção adotada no início de 2018. Segundo o desembargador, mudar as regras no meio do ano “atenta contra a segurança jurídica” e viola, também, “a boa-fé objetiva do contribuinte, que, na crença da irretratabilidade da escolha, planejou suas atividades econômicas frente ao ônus tributário esperado.”

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que representa o governo nesses casos, começou a mapear nacionalmente situações semelhantes. De acordo com o órgão, os processos especificamente relacionados à lei estão começando a ser ajuizados, considerando que a medida valerá a partir de setembro. Sobre o caso da Abimo, a PGFN informou estar “avaliando as medidas judiciais mais adequadas”.

O ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel classifica a discussão sobre qual o momento da entrada em vigor da reoneração “controversa” e acredita que o assunto irá parar no Supremo Tribunal Federal (STF) —já que haverá empresas do mesmo setor pagando impostos diferentes. A controvérsia, segundo ele, é se nesse caso, caberia o princípio da noventa (prazo de 90 dias para o aumento de tributo) ou o da anualidade (com efeitos no ano seguinte à aprovação da norma).

**VEÍCULO: O Globo****Data: 23/08/2018****Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Niterói é uma das cidades com energia solar mais vantajosa**

Devido à alta tarifa de luz cobrada no município, consumidores recuperam o investimento em 2,79 anos. No Rio, são 3,18 anos

Com uma das tarifas mais altas do Brasil, Niterói, na Região Metropolitana do Rio, é uma das cidades brasileiras onde o investimento em energia solar é mais vantajoso. De acordo com levantamento da Comerc Energia, os consumidores da cidade, atendida pela Enel Distribuidora Rio, recuperam em 2,79 anos o que investiram em sistemas de geração própria de energia solar fotovoltaica, superando Teresina, que lidera o ranking das capitais brasileiras, com retorno em 2,86 anos. O Rio, atendido pela Light, ocupa o oitavo lugar no ranking das capitais, com prazo para retorno dos investimentos de 3,18 anos, enquanto São Paulo (Eletropaulo) aparece na 24ª posição. Rio Branco, no Acre, é a capital onde o retorno é mais demorado: 6,63 anos.

#### 17.600 NOVAS UNIDADES ESTE ANO

O Índice Comerc Solar leva em conta as tarifas cobradas pelas distribuidoras, incluindo os impostos, e a incidência solar de cada cidade. Como a vida útil das placas fotovoltaicas é de 25 anos, em média, esses números demonstram que o investimento vale a pena: no caso de Niterói, pelos cálculos da Comerc Energia, o consumidor usufruiria de energia gratuita por cerca de 22 anos. A procura por energias alternativas em residências e pequenos negócios (os chamados consumidores de baixa tensão) vem crescendo no Brasil devido aos reajustes da conta de luz, que este ano variaram de 9,3% a 21,44%.

Agora, com a redução do custo de instalação e geração de energia solar pelos próprios consumidores e dos prazos de recuperação desse investimento, a tendência é que a procura aumente ainda mais. Dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) mostram que o número de unidades de energia solar fotovoltaica de geração distribuída mais que dobrou este ano, passando de 16.400 em janeiro para 34 mil. No mesmo período, a potência instalada saltou de 136 mil megawatts (MW) para 329 mil MW. Isso equivale à geração de energia de 30 pequenas hidrelétricas ou de três usinas de porte médio.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo**Data:** 23/08/2018**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Pré-sal já é eficiente como óleo de xisto dos EUA, afirma BP

Brasil será grande exportador mundial até 2030, diz executivo de petroleira britânica, que tem áreas no país

O petróleo do pré-sal brasileiro já pode ser considerado um produto de “baixo custo” da indústria petrolífera global e capaz de competir de igual para igual com “shale oil” e “shale gas”, a produção não convencional dos EUA, disse nesta quarta-feira (22) o presidente da BP no Brasil, Adriano Bastos.

Segundo Bastos, desde o início da campanha no pré-sal brasileiro houve avanços geológicos e tecnológicos que aumentaram a eficiência do pré-sal, tornando o produto que já era de qualidade bastante competitivo.

“O pré-sal é cada vez mais ‘low cost’, e somos competitivos. Competitivos inclusive com o ‘shale oil’ e ‘shale gas’, mesmo com os EUA”, disse, em palestra no Rio de Janeiro.

Também chamados no Brasil de óleo de xisto e gás de xisto, o “shale oil” e o “shale gas” são obtidos por meio do fraturamento hidráulico (“fracking”), técnica que consiste em injetar água e produtos químicos a dois ou três quilômetros de profundidade, usando alta pressão para quebrar por dentro o folhelho de xisto (um tipo de rocha sedimentar) e, assim, liberar gás ou petróleo presos ali.

A técnica, criticada por causa de seu alto potencial de contaminação, é banida em alguns países.

“Somos competitivos mesmo com eles [os americanos] tendo velocidade de reação para variação de preço muito mais rápida que nós”, acrescentou Bastos, explicando que a indústria de petróleo nacional, entre descobrir e produzir, pode levar dez anos, enquanto o produtor americano de óleo não convencional reage às cotações em apenas um mês, “até porque conseguem sondas e máquinas em cada esquina e têm um modelo de impostos e governança melhor”.

Os dados mais recentes da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) mostram que a produção do pré-sal já representa mais de 50% do total nacional.

A britânica BP tem 21 concessões de exploração de petróleo e gás no Brasil em quatro bacias sedimentares e também atua no pré-sal brasileiro.

A expectativa do presidente da BP é que até 2030 o Brasil se torne um grande exportador mundial de petróleo e gás, graças também ao avanço da campanha no pré-sal.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 23/08/2018

**Seção:** Mercado

**Autor:**

**Título:** Ativos que Eletrobras colocará à venda interessam à Shell

A petroleira Royal Dutch Shell avalia ativos que a Eletrobras pretende colocar à venda em leilão agendado para setembro, disse o presidente da Shell Brasil, André Araújo.

O interesse vem em meio a um apetite da Shell por negócios em geração de energia, incluindo em fontes renováveis e com gás natural, segundo o executivo, que disse a jornalistas que a petroleira também pode disputar um leilão do governo federal para novas usinas no dia 31, o chamado "A-6".

A Eletrobras colocará à venda no próximo mês diversas participações em projetos eólicos, divididas em oito lotes. Essas fatias correspondem a uma capacidade instalada de cerca de 1 gigawatt. "Nosso time está olhando", disse o executivo, ao ser questionado sobre os ativos da estatal.

Já do leilão A-6 a companhia poderia eventualmente participar com projetos eólicos.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 23/08/2018

**Seção:** Mercado

**Autor:** Reuters

**Título:** Fundo de Singapura e Squadra avaliam leilão da Cesp

O GIC (Fundo soberano de Singapura, em português) está interessado no leilão de privatização da elétrica paulista Cesp, agendado pelo governo de São Paulo para 2 de outubro, assim como a gestora de recursos Squadra Investimentos, disse nesta quarta-feira (22) uma fonte com conhecimento das conversas.

Executivos do GIC no Brasil chegaram a participar de uma reunião na Cesp para ter mais informações sobre a companhia e o processo de desestatização, em uma comitiva com representante do banco de investimentos Itaú BBA.

A Squadra Investimentos também participou de encontro sobre a Cesp, acompanhada de um representante da VLB Engenharia, empresa de engenharia de projetos e consultoria com experiência no setor de energia hidrelétrica.

Procurados, GIC, Squadra Investimentos, Itaú BBA e VLB Engenharia não responderam de imediato a pedidos de comentário.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 23/08/2018

**Seção:** Mercado

**Autor:**

**Título:** Após explosão, Petrobras deve voltar a operar refinaria em 48 h

A Petrobras deu indicações de que pode começar em 48 horas procedimentos para retomar atividades na Replan (Refinaria de Paulínia), após parada por explosão ocorrida na madrugada de segunda-feira (20).

A informação é do diretor de Comunicação do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo, Gustavo Marsaioli.

Segundo ele, a intenção é retomar atividades com metade da capacidade. A Petrobras não comentou o assunto.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 23/08/2018

**Seção:** Colunas

**Autor:** Celso Ming

**Título:** Agências para quê?

Se as agências reguladoras se tornaram “antro de ladroeira e corrupção” e se “estão emparelhadas por politiqueiros”, como observou um empresário ao candidato Ciro Gomes, o que, então, fazer com elas? Ciro respondeu na segunda-feira que sua “tentação é fechá-las”. Depois, emendou: “Não sei se vou fechá-las, vou convocar o empresariado para a gente discutir”. E criticou a gestão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Enfim, Ciro Gomes parece vacilante sobre o assunto. Dos outros candidatos não se sabe o que pensam. As agências reguladoras não são organismos de governo, mas de Estado. São autarquias cuja função é garantir o cumprimento das regras limpas do jogo em cada setor, de maneira a que nem o poder político nem o poder econômico obstruam ou contrariem o interesse público. Por isso, seus dirigentes devem gozar de autonomia administrativa, de mandato fixo não coincidente com o do Poder Executivo e da prerrogativa de não serem demissíveis a não ser por justa causa.

Os governos do PT não entenderam a função das agências. Logo no primeiro ano do seu governo, Lula não escondeu o estranhamento. Declarou diversas vezes que as agências operavam com indesejada independência, sem levar em conta determinações do seu governo. E, daí em diante, não fez outra coisa senão submetê-las ao mesmo tratamento dispensado às demais estatais, que foi o de ocupar e lotear a administração para transformá-la em instrumentos de poder político e, até, de fonte de recursos destinados a fins inconfessáveis.

Sucessivamente, seus dirigentes foram substituídos, primeiramente, por próceres políticos e, depois, por gente afinada com as corporações também encasteladas no governo, que passaram a fazer o jogo dos maiores do mercado que deveriam regular. E apenas para dar dois exemplos, foi assim que a Aneel passou a defender os interesses das distribuidoras de energia elétrica, a ponto de seu diretor-geral, André Pipetone, afirmar que o governo deveria remover os benefícios concedidos àqueles que vêm investindo em energia renovável, especialmente a eólica e a solar.

Ou seja, a Aneel passou a ver concorrência desleal nos produtores formigas dessa energia, e não como contribuidores para recomposição da matriz energética do País. Também se viu que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) decidiu em junho, baixar resolução que regulamentou os planos de saúde em que os associados arcam com pelo menos 40% dos procedimentos médicos. Essa resolução, revogada depois de suspensão por liminar do Supremo, atendia os administradores de planos de saúde.

Em julho, levantamento realizado pelo jornal O Globo mostrou que em oito das onze agências reguladoras federais, 32 cargos executivos dos 40 existentes foram ocupados por gente indicada por políticos, cujo critério, em geral, passa longe da isenção e do profissionalismo que se quer de um dirigente de agência reguladora. A solução não está na supressão dessas agências, como sugeriu o candidato Ciro Gomes, mas em saneá-las e reconduzi-las ao cumprimento da função para a qual foram criadas.



**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Data: 23/08/2018****Seção: Economia****Autor: Vinicius Neder / RIO O****Título: BNDES vai ampliar linha de crédito para energia solar**

Orçamento do banco para empresas é de R\$ 1 bi; para pessoas físicas, estão sendo negociados R\$ 208 mi

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está em negociações para ampliar os financiamentos de projetos de microgeração de energia solar. Recentemente, o banco teve de suspender uma linha de crédito para instalação de painéis solares por causa da alta procura: os recursos terminaram em 45 dias. Ainda este mês, o banco lançará a linha Finame Energias Renováveis, voltada para empresas, com orçamento de R\$ 1 bilhão, enquanto negocia a liberação de mais R\$ 208 milhões do Fundo Clima, para pessoas físicas.

“A gente vai dobrar a aposta na área solar”, disse o diretor de Infraestrutura do BNDES, Marcos Ferrari. Com o barateamento das placas fotovoltaicas, a energia solar responde pela maioria dos sistemas de microgeração distribuída, em que o cliente da distribuidora de eletricidade produz parte da energia que consome, ganhando desconto na conta de luz. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de junho de 2013 a junho deste ano, o número de conexões de microgeração de energia subiu de 23 para 30.900, sendo 99% com tecnologia solar.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Rodrigo Sauer, o crédito é fundamental para o crescimento, pois o elevado investimento inicial na instalação inibe a demanda de pessoas físicas e pequenas empresas. Como, após a instalação, o gasto com a conta de luz cai bastante, quem tem acesso a crédito pode pagar as parcelas do financiamento com o valor economizado.

Por isso, a Absolar comemorou quando o BNDES anunciou, no início de junho, que havia mudado as regras do Fundo Clima, para aceitar também pedidos de pessoas físicas. Só que, em 45 dias, o banco de fomento recebeu 130 pedidos e foi obrigado a suspender a chegada de novos projetos. O Fundo Clima é do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que define seu orçamento, mas os empréstimos com esses recursos são geridos pelo BNDES. Segundo Ferrari, os valores destinados ao programa são de sobras do orçamento de anos anteriores.

Agora, o BNDES negocia a liberação de R\$ 208 milhões do orçamento deste ano. As negociações com o ministério estão avançadas e os novos recursos poderão estar disponíveis antes do fim do ano, disse o diretor. As condições seguem as mesmas anunciadas em junho, com taxa de juros final, já incluindo a remuneração do agente repassador, de 4,03% a 4,55% ao ano, carência de 3 a 24 meses e prazo total de 12 anos.

Investimento.

Quando ficou sabendo dessas condições, o consultor Silvio Schaefer, de 62 anos, decidiu instalar placas fotovoltaicas em sua casa de veraneio, na Praia da Baleia, litoral norte do Estado. Schaefer pediu orçamentos em firmas especializadas, que ficaram entre R\$ 60 mil e R\$ 70 mil. Pelos cálculos, o investimento se pagaria em três a cinco anos, pois a conta de luz poderá cair de R\$ 1.200 para R\$ 120 por mês.

Schaefer chegou a dar entrada na papelada para pedir o empréstimo, via Caixa Econômica Federal, já que, pela lei do Fundo Clima, o crédito só pode ser repassado por bancos públicos, mas foi surpreendido pela suspensão do programa. “É lamentável que o banco tenha tido recursos para financiar obras no exterior, mas não tenha para isso”, afirmou o consultor, avaliando a reabertura da linha de crédito como uma “boa notícia”.

Para atender empresas de todos os portes, e deixar a linha do Fundo Clima apenas para pessoas físicas, o BNDES lançará a linha Finame Energias Renováveis. Segundo Ferrari, o orçamento de R\$ 1 bilhão poderá ser ampliado caso haja a demanda.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Data:** 23/08/2018

**Seção:** Negócios

**Autor:** Amauri Segalla

**Título:** Um elétrico 100% nacional

## **Mercado s/a**

O aguardado crescimento do mercado de carros elétricos dará ao Brasil a oportunidade de voltar a ter uma montadora 100% nacional. Duas empresas do interior de São Paulo, a Synkar, de Ribeirão Preto, especializada em inteligência artificial, e a Unipac, de Pompeia, fabricante de componentes técnicos, equipamentos e autopeças, acabam de concluir a primeira fase do protótipo de

um carro elétrico e autônomo. Batizado de “Auto-AI”, o veículo é destinado à movimentação de cargas e deverá reduzir custos com deslocamento e armazenagem, principalmente em áreas industriais. “O projeto é um marco de inovação da indústria 4.0”, diz Evandro Barros, presidente da Synkar. “Ele foi desenvolvido por profissionais brasileiros, sem qualquer ajuda estrangeira. E o mais importante: tem qualidade técnica de nível mundial”, acrescenta o executivo. As duas empresas estimam iniciar a comercialização do novo produto a partir do segundo semestre de 2020.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 23/08/2018**

**Seção: Brasil**

**Autor: Rodrigo Polito | Do Rio**

**Título: Incêndio não afetará abastecimento, diz ANP**

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) não vê risco de desabastecimento de combustíveis no país com a interrupção da produção da maior refinaria do país, a Replan, da Petrobras, em Paulínia (SP), após uma explosão seguida por um incêndio ocorridos na madrugada da segunda-feira. Ainda não há previsão de retorno da operação na unidade.

"Vai voltar [a produção da refinaria]. Não sei [quando]. A Petrobras está estudando. No primeiro momento, não há nenhuma preocupação com desabastecimento", afirmou Décio Oddone, diretor da agência, após participar ontem de evento promovido pela Shell, no Rio.

Em nota sobre o incidente, a Petrobras informou não haver impacto imediato no abastecimento, já que a empresa conta com estoque dos produtos, além da produção das demais refinarias para garantir a oferta aos clientes. A estatal está avaliando o prazo para o retorno das unidades da Replan não afetadas pelo incêndio.

Sobre a importação de diesel pelo país, Oddone reconheceu que as compras recuaram desde o início do programa de subvenção do preço do combustível, em junho, após a paralisação dos caminhoneiros. De acordo com ele, o abastecimento não foi afetado porque a Petrobras aumentou a carga das refinarias.

Já em relação à minuta de resolução proposta pela ANP que prevê que as companhias, entre elas a Petrobras, divulguem sua fórmula de preço dos combustíveis, o diretor da agência reguladora defendeu que a estatal seja transparente sobre o tema.

"A Petrobras não se comporta mais como uma empresa que é um braço de política de governo. A Petrobras tem legitimamente, como empresa de capital aberto, autonomia de gestão. Mas no momento em que ela passa a ter o objetivo de maximizar o seu lucro, algumas das prerrogativas que ela tinha como braço de estatal deixam de estar presentes. E aumenta a necessidade de haver regulação", disse.

"Uma empresa que age buscando maximizar legitimamente o seu lucro, e eu sou o primeiro a dizer que sou favorável a isso, não deve ser monopolista no refino, não pode ter concentração excessiva em nenhum mercado e tem que ser mais transparente na formação de preços. Enquanto essa competição não vem, temos que substituir essa competição por transparência", completou o diretor da ANP.

Com relação ao megaleilão do excedente da cessão onerosa, que o governo ainda tenta realizar neste ano, Oddone disse que o excedente pode demandar a contratação e construção de 17 plataformas de produção de petróleo e gás natural no país.

O diretor da ANP contou ainda que esteve reunido recentemente no BNDES para tratar de proposta de sua autoria de destinar parte do montante de investimentos compulsórios em pesquisa e desenvolvimento (P&D) das petroleiras do país para um fundo com o objetivo de dar apoio a startups do setor. A ideia, segundo ele, é que o banco de fomento seja o gestor do fundo.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 23/08/2018**

**Seção: Empresas**

**Autor: Rodrigo Polito | Do Rio**

**Título: Shell avalia leilão de ativos da Eletrobras em geração eólica**

A petroleira anglo-holandesa Shell avalia a possibilidade de participar do leilão de venda de fatias minoritárias da Eletrobras em sociedades de propósito específico (SPEs) de geração de energia eólica. O certame está marcado para 27 de setembro e ofertará participações da estatal elétrica em 71 SPEs de geração de energia eólica e transmissão.

"Nosso time está olhando. Estamos olhando alternativas, sim, em várias áreas", afirmou ontem o presidente da Shell no Brasil, André Araujo, ao ser questionado por jornalistas sobre o interesse da empresa nos ativos de produção de energia eólica da Eletrobras.

A possibilidade de investir em energia eólica no país faz parte do plano de transição energética em desenvolvimento pela Shell. O Brasil está incluído em um seleto grupo de dez países que a petroleira listou no projeto principal de transição energética. Dentro dessa estratégia, a petroleira avalia oportunidades nas áreas de gás natural e geração de energia eólica e solar no Brasil.

"A decisão de investimentos em qualquer uma dessas áreas renováveis vai ser feita através de um projeto que entendermos que tenha viabilidade econômica. Mas os objetivos de olhar os mercados de energia renovável e geração de eletricidade é uma prioridade do grupo", disse Araujo, após participar de evento de divulgação de estudo promovido pela companhia sobre projeções para o cenário energético do planeta em 2070, no Rio.

"Nos sentimos mais confortáveis hoje para avaliar alternativas que podem ser tanto de projetos 'greenfield' [a partir do zero] como aquisição", completou ele.

Questionado sobre a possibilidade de a Shell participar do próximo leilão de energia nova, do tipo "A-6" (que negociará contratos de novos empreendimentos com início de fornecimento de energia em seis anos), na próxima semana, com projetos eólicos ou como fornecedora de gás natural para alguma nova térmica, o executivo disse que a companhia está "olhando" os leilões.

Dentro dessa estratégia, no ano passado, a Shell estreou indiretamente em um leilão de energia, como potencial fornecedora de gás natural para a termelétrica Vale Azul II, em Macaé, município do Norte Fluminense, que venceu leilão A-6 de 2017. Além disso, a petroleira também criou uma empresa comercializadora de energia no país.

Apesar dos estudos em transição energética, o pré-sal brasileiro continua sendo um dos focos da empresa. "[Exploração e produção em] águas profundas e [desenvolvimento de] novas energia são prioridades", ressaltou Araujo.

Ele sinalizou que a Shell avalia a possibilidade de participar do próximo leilão de áreas do pré-sal, no fim de setembro. "Da mesma forma que estamos olhando a energia solar e eólica, a Raízen [joint venture entre a Shell e Cosan] está olhando a segunda geração de etanol, vamos continuar olhando oportunidades do pré-sal" disse Araujo.

Dentro da estratégia de transição energética, a companhia montou há cerca de 15 meses no Brasil um grupo composto de pelo menos dez pessoas para avaliar, dentro de cada linha de negócio, como estarão esses negócios em um horizonte de dez a 15 anos.

"Não há nenhum caminho que não seja se comprometer com esse futuro", disse Araujo. "Não podemos achar que viramos uma chave e que o sistema de fontes renováveis começa a partir de amanhã", completou o executivo.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 23/08/2018

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Destaque

### Saudi Aramco muda planos

A petrolífera saudita Saudi Aramco desistiu de realizar uma oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), operação prevista para ser a maior da história. As informações são da agência de notícias Reuters, citando pessoas a par do assunto.

As instituições que assessoravam a companhia foram dispensadas, segundo as fontes. Elas afirmam que o objetivo agora é adquirir a Saudi Basic Industries (Sabic), uma das principais petroquímicas do mundo.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 23/08/2018

**Seção:** Empresas

**Autor:** Rodrigo Polito | Do Rio

**Título:** Cresce presença de multinacionais em energia

O setor elétrico brasileiro registrou mais de 15 operações de fusões e aquisições desde 2016, que totalizaram quase R\$ 86,2 bilhões em valor de empresa. Desse total, 95,2% - ou R\$ 80,5 bilhões - representaram aquisições em que o capital comprador foi de origem estrangeira. Ainda sobre o total, estrangeiras estatais responderam por 81,3%, seguidas por estrangeiras privadas (13,9%). Companhias privadas nacionais preencheram apenas 2,2% desse valor. O restante é relativo à participação de parcerias entre empresas privadas nacionais e estrangeiras.

Os dados fazem parte de estudo inédito elaborado pelo Grupo de Economia da Infraestrutura & Soluções Ambientais da FGV e que será lançado hoje, em São Paulo. Além da constatação do movimento de concentração do setor de energia

elétrica do país nas mãos de poucos grupos, uma das preocupações levantadas pelo trabalho é com relação aos efeitos dessa consolidação na competitividade e eficiência do mercado.

O estudo busca alertar o governo sobre a necessidade de adotar regras para evitar concorrência desleal nos processos de fusão e aquisição e garantir a qualidade do serviço, quando se discute uma possível privatização da Eletrobras, maior companhia de energia elétrica da América Latina, responsável por um terço do parque gerador e por metade do sistema de transmissão do Brasil.

"Não estamos discutindo aqui em abstrato. Há pela frente uma agenda de privatização. Sabemos a dificuldade que a Eletrobras tem para manter o nível de investimentos e o ônus que seria sobre o Tesouro não privatizar a Eletrobras. A grande questão não é se deve privatizar, mas como privatizar, garantindo competitividade, transparência e igualdade de condições na disputa dos certames", disse Gesner Oliveira, professor da FGV responsável pelo estudo e sócio da consultoria GO Associados.

O estudo, que traçou um panorama concorrencial do setor elétrico brasileiro, analisando as operações de fusões e aquisições nos últimos dois anos, concluiu que existe um diferencial relevante de custo de capital nos processos concorrenciais no setor.

"Chama atenção o fato de empresas nacionais terem dificuldades de ter essa competitividade no mercado", destacou Oliveira.

Segundo ele, esse desequilíbrio ocorre por dois motivos. O primeiro é o elevado custo de capital próprio das empresas brasileiras. O outro é o potencial de subsídios governamentais estrangeiros que reduzem artificialmente o custo de capital de competidores internacionais.

"É urgente criar condições competitivas para que o custo de capital seja menor e, conseqüentemente, empresas nacionais possam participar em condições de igualdade", disse o especialista. "O Brasil precisa ficar atento para lançar mão de regras da OMC [Organização Mundial do Comércio] que possam rechaçar financiamentos subsidiados de forma que estrangeiras façam lances competitivos".

O estudo destacou a liderança da China nesse processo de consolidação do mercado brasileiro. "São estados que querem expandir no setor de infraestrutura, como é o caso da China", afirmou Oliveira.

De acordo com o documento, a maior aquisição em todo o período analisado, foi a compra da CPFL Energia pela chinesa State Grid Corporation, em julho de 2016, pelo valor de R\$ 40,6 bilhões.

No levantamento da FGV, as aquisições feitas pela italiana Enel nos últimos dois anos no Brasil, entre elas as distribuidoras Celg D (GO) e Eletropaulo (SP) e a hidrelétrica de Volta Grande (MG), foram tratadas como operações de capital estrangeiro estatal. O governo italiano possui participação próxima de 23% na companhia.

Com relação à eficiência, a preocupação levantada pelos pesquisadores é que a concentração no setor de distribuição possa nivelar por baixo a qualidade do serviço, já que a regulação é feita por meio de benchmark.

De acordo com a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), porém, os índices médios de frequência e duração de interrupções no fornecimento de energia em 2017 recuaram 7% e 11%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 23/08/2018**

**Seção: Empresas**

**Autor: Camila Maia | De São Paulo**

**Título: Copel prevê queda no endividamento em 2019**

A estatal paranaense Copel prevê iniciar uma fase de 'normalidade', com a entrada em operação de vários projetos que estavam atrasados. Segundo Arthur Pessuti, superintendente de mercado de capitais da companhia, isso vai permitir a redução rápida do endividamento da empresa a partir de 2019. Com a conclusão das obras, os projetos passarão a gerar caixa, ao mesmo tempo em que os investimentos da companhia ficarão menores.

Ao fim do segundo trimestre de 2018, a relação entre dívida líquida e Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da companhia era de 3,1 vezes.

"A Copel se alavancou muito. A partir de 2019, os ativos vão entrar em operação e a empresa vai entregar fluxo de caixa razoável, permitindo uma rápida desalavancagem", disse Pessuti, que participou ontem de evento promovido pela Apimec de São Paulo com investidores e analistas.



Com isso, o perfil da estatal vai mudar de uma empresa alavancada com projetos em construção para uma companhia com ativos já operacionais e gerando caixa. De acordo com Adriano Rudek, diretor financeiro e de relações com investidores da Copel, a conclusão das obras de geração e transmissão deve permitir uma redução da ordem de até R\$ 1,3 bilhão nos investimentos da companhia a partir do ano que vem. Para este ano, a previsão de investimentos é de R\$ 2,9 bilhões, sendo R\$ 1,8 bilhão em ativos de geração e transmissão.

A entrada de ativos em operação também deve ajudar na amortização de dívidas que vencem nos próximos anos, disse Rudek. "Não temos preocupação com vencimentos, a questão está bem equacionada", disse, completando que as captações feitas pela companhia estão indo bem.

A conclusão das obras em atraso não significa que a Copel vai se abster de investimentos em novos ativos. Segundo Rudek, a companhia avalia participar dos leilões de geração e transmissão previstos para este ano, desde que a taxa de rentabilidade seja adequada. Além de transmissão, a companhia tem projetos de energia eólica e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) habilitados para o certame da semana que vem.

Esses investimentos serão possíveis sem apertar a companhia, pois os prazos de entrada em operação dos ativos são de cinco a seis anos a partir dos leilões. Os maiores desembolsos, conseqüentemente, só serão necessários daqui dois ou três anos, quando a Copel já espera ter uma situação financeira equilibrada.

De acordo com Pessuti, a fase em que a Copel arrematava projetos em leilões com taxas de retorno "questionáveis" ficou para trás, entre 2011 e 2013, quando a estatal estava sob outra gestão. "A Copel entrou nos últimos leilões, mas não ganhou porque o nível de rentabilidade que aceitamos chegou no limite, foi ultrapassado", disse.

Pessuti assegurou que a Copel tem alocado capital com disciplina desde 2014. "Temos tido dificuldade em provar isso ao mercado, mas é o que tem acontecido de fato", afirmou.

Ao mesmo tempo em que avalia novos projetos, a companhia está concluindo um estudo sobre venda de ativos. A ideia não é realizar operações neste ano, mas se preparar para possíveis transações no futuro, caso seja necessário reciclar capital ou surjam oportunidades no mercado.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 23/08/2018****Seção: Empresas****Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio****Título: BP vê custo de exploração do pré-sal competindo com xisto**

O presidente da BP Energy do Brasil, Adriano Bastos, afirmou que a exploração do pré-sal brasileiro se transformou em "low cost" (baixo custo) e se tornou competitiva em função da redução dos custos e maior conhecimento da geologia, inclusive comparado com o "shale oil" americano, produção de petróleo não convencional nos Estados Unidos. No Brasil, o ponto de equilíbrio financeiro dos projetos do pré-sal - preço mínimo do petróleo suficiente para garantir a viabilidade econômica da produção - varia na faixa de US\$ 30 a US\$ 50, segundo estudos diversos.

Bastos observou que o "shale oil" tem a vantagem de ser produzido e vendido em "casa", ou seja, no mercado americano, com a indústria tendo uma capacidade mais rápida de reação às oscilações de preço do petróleo no mercado. Isso porque a produção pode parar ou começar em um mês, segundo ele. Seria um tempo mais ágil que o da exploração de petróleo convencional, que demora em média dez anos entre as fases exploração, desenvolvimento e produção, salientou o executivo, que ontem deu uma palestra sobre perspectivas do setor promovida pela Câmara Britânica no Rio.

No evento, Bastos disse que o Brasil precisa aumentar a eficiência porque do contrário "a grande maioria" das reservas não será produzida. A avaliação leva em conta que o consumo de petróleo dará lugar a outros combustíveis. O executivo, que fez carreira internacional em empresas de serviços como a Halliburton e Schlumberger, aproveitou para comentar o período de oportunidades perdidas no Brasil.

E perguntou para a plateia por quanto teriam sido vendidas as áreas oferecidas recentemente em leilões da Agência Nacional do Petróleo (ANP) quando o barril de petróleo esteve negociado a US\$ 150. O executivo chamou de "deserto brasileiro" o período em que o país ficou cinco anos sem leiloar blocos exploratórios em águas profundas, já que os leilões só foram retomados em 2013 com o leilão do campo de Libra.

O presidente da BP Energy foi mais econômico ao falar dos planos da empresa no Brasil, onde tem 20 concessões, incluindo seis na Foz do Amazonas, e é sócio não operador dos blocos Peroba e Cabo Frio Central, no pré-sal, que serão explorados sob o regime de partilha de produção. Entre os problemas que

permanecem no país, Bastos citou a falta de previsibilidade nos negócios. Observou que não se sabe, por exemplo, se o próximo governo dará continuidade à agenda de leilões.

Além disso, o executivo ressaltou que existe uma ausência de celeridade no encaminhamento de regularização de projetos no país, de forma generalizada, em uma clara referência às dificuldades de se obter o licenciamento ambiental. Questionado sobre se estaria se referindo às dificuldades de licenciamento da Total na Foz do Amazonas, ele disse que o assunto é mais amplo.

"O problema é estrutural na maneira como a licença ambiental é feita no Brasil. Pergunte ao pessoal de hidrelétricas, estradas ou linhas de transmissão. É algo que precisa ser revisto porque ninguém consegue licenciamento ambiental para fazer nada", disse.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 23/08/2018**

**Seção: Empresas**

**Autor: Renato Rostás | De São Paulo**

**Título: Aço pede investimento e isonomia**

A indústria brasileira do aço terminou seu congresso anual de 2018 com duas diretrizes claras: sem mercado interno forte o setor não sobrevive e sem a indústria de transformação o país não cresce.

Para que o consumo de aço no Brasil suba, a grande aposta é nos investimentos em infraestrutura, que desabaram nos últimos anos. No caso da atenção ao setor produtivo, pedem segurança e simplificação tributária para haver condições isonômicas de concorrência na exportação a outros países, por exemplo.

"Quando colocamos nosso aço no porão do navio para levar ao cliente no exterior, ao lado dele vai um pacote de 7% de resíduo tributário", reclamou Gustavo Werneck, presidente da Gerdau, durante o Congresso Aço Brasil 2018. "Nenhum consumidor quer pagar esse adicional, então quem arca com isso é a empresa, comprimindo margens."

Esse é um dos motivos pelos quais o setor vai judicializar a decisão do governo federal de, na prática, ter acabado com o Reintegra, que compensa esse resíduo às exportadoras. Mas, por outro lado, pede que o próximo governo lide com essa situação.

No curto prazo, a saída é continuar exportando, ou o uso de capacidade da siderurgia, hoje em 68% dos quase 50 milhões de toneladas instaladas no país, será ainda pior. Werneck lembrou no evento que cerca de 40% do que produz no Brasil está vendendo ao exterior.

"Investimos US\$ 1,5 bilhão em um laminador a quente e outro de chapas grossas na nossa usina de Ouro Branco [MG], esperando crescimento do consumo de aço pelas indústrias de máquinas e equipamentos, naval e de petróleo e gás. A demanda não veio."

Para incentivar o consumo interno, os especialistas convidados pelo Instituto Aço Brasil - e o presidente do conselho da entidade, Sérgio Leite, da Usiminas - sugerem se concentrar na infraestrutura. José Carlos Martins, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), afirmou que é necessário estimular a participação da iniciativa privada em novos projetos, dado que o poder público está, atualmente, estrangulado.

O Banco Mundial recomenda que os países invistam 3% de seu Produto Interno Bruto (PIB) por ano para conseguir manter a infraestrutura já existente. Uma parcela de 5% do PIB possibilitaria um crescimento de 4% da economia.

"No ano passado, investimos só 1,4%. Se investíssemos os 5%, poderíamos ter gerado 1,7 milhão de empregos diretos", comentou o presidente do CBIC. "Só de obras paralisadas, estamos perdendo 0,65% de PIB potencial, ou cerca de R\$ 42,4 bilhões anualmente."

Martins defende que a construção auxilie na formação de empregos no primeiro momento, aliviando o poder público. Mas não só seu setor se beneficiaria. Um estudo da consultoria E8 Inteligência apresentado no congresso pela diretora Eliana Taniguti mostrou o quanto a siderurgia ganharia.

Levando em conta apenas os projetos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), de R\$ 94,7 bilhões em 54 obras, 410 toneladas de aço seriam consumidas a cada R\$ 1 milhão investido, ou 39 milhões de toneladas ao longo dos anos. Atualmente, o país está consumindo 21 milhões de toneladas em um período de 12 meses.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 23/08/2018

**Seção:** Empresas

**Autor:** Fábio Pupo | De Brasília

**Título:** Cade firma acordo com Copagaz em investigação de cartel

O tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) decidiu homologar ontem dois acordos para cessação de conduta após investigações de cartéis nos mercados de resina e Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), conhecido como gás de cozinha.

Um dos termos de compromisso de cessação de conduta (TCC) foi firmado com a Copagaz e duas pessoas físicas em processo que investiga formação de cartel no mercado de GLP do Distrito Federal e outros locais da região Centro-Oeste. Os signatários vão recolher R\$ 2,3 milhões ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) a título de contribuição pecuniária.

O Cade também homologou acordo de cessação com a SI Group em investigação sobre prática de cartel no mercado de produção e distribuição de resinas. Com o acordo, a empresa fica obrigada a recolher contribuição pecuniária no valor de R\$ 25,4 milhões.

Por meio dos acordos, todos os signatários admitem ter participação nas condutas anticompetitivas e se comprometem a cessar a prática e a colaborar com o órgão antitruste nas investigações.

Os procedimentos ficam suspensos em relação aos signatários até que o Cade ateste o cumprimento integral do acordo, mas segue em relação aos demais representados. De acordo com o Cade, a investigação sobre GLP começou com a deflagração da Operação Júpiter, em abril de 2010. Na época foram cumpridos 32 mandados de busca e apreensão. Após a ação, o Cade obteve o compartilhamento das provas relacionadas às supostas práticas anticompetitivas, incluindo interceptações telefônicas e documentos apreendidos nos escritórios das empresas.

De acordo com o Cade, há evidências de que os acusados teriam se organizado com o objetivo de limitar a concorrência por meio da fixação de preços e divisão dos mercados de distribuição e de revenda do produto.

Essas práticas teriam sido complementadas por restrições impostas às revendedoras e por trocas de informações comercialmente sensíveis, de maneira a promover a regulação artificial do mercado de GLP e facilitar a manutenção dos supostos cartéis.

Já no mercado das resinas, usadas na fabricação de produtos como tintas e também na produção caixas d'água e piscinas, o Cade diz haver indícios de que as empresas e pessoas físicas acusadas teriam se organizado com o objetivo de limitar a concorrência por meio da fixação de preços e troca de informações concorrencialmente sensíveis. Foi verificada ainda imposição de dificuldades ao

funcionamento de empresas que não se alinhavam às diretrizes do suposto cartel.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 23/08/2018

**Seção:** Agronegócios

**Autor:** Camila Souza Ramos | De São Paulo

**Título:** Nada se perde nos processos da Raízen

Etanol, açúcar e bagaço de cana como fonte para geração de energia não são os únicos produtos que movem o avanço da Raízen Energia. A joint venture entre Cosan e Shell, que faturou R\$ 14,8 bilhões na última safra, começa neste mês a erguer os primeiros tijolos de uma estratégia que visa a aproveitar todos os resíduos do processo agroindustrial para produzir eletricidade e biometano e incrementar suas receitas.

Com investimentos previstos de R\$ 153 milhões, a Raízen começa neste mês a construir a primeira usina elétrica de grande escala do país movida a biogás, ao lado de sua planta sucroalcooleira localizada no município de Guariba, no interior paulista. Para a empreitada, a companhia formou uma joint venture, na qual tem 85% de participação, com a empresa de bioenergia GEO Energética, que já opera no Paraná uma usina elétrica a biogás de pequena escala, também ao lado de uma unidade de açúcar e etanol.

Para chegar à geração de eletricidade, a nova planta da Raízen começará utilizando as quantidades monumentais de matéria orgânica que hoje saem do processo produtivo da usina de cana e são usadas apenas como adubo nos canaviais, dado seu alto teor de potássio. Isso continuará acontecendo, mas primeiro a matéria orgânica passará por um processo industrial que a tornará fonte de energia elétrica.

"Isso se encaixa em nossa visão de economia circular, em que se usa os subprodutos. Outro exemplo na mesma linha é o etanol de segunda geração, feito a partir da biomassa que já está ali [no campo]", afirmou João Alberto Abreu, vice-presidente executivo de Etanol, Açúcar e Bionergia da Raízen. A iniciativa também está alinhada à estratégia da Raízen de abrir o leque de atuação em energia, como indicou a recente criação, pela companhia, de uma joint venture para comercializar eletricidade.

Na unidade de biogás, as impurezas sólidas derivadas da purificação do caldo de cana (conhecidas como "torta de filtro") e a vinhaça, líquido que sobra da destilação do etanol, serão mantidas em "piscinões" (biodigestores) e

produzirão metano e gás carbônico, que compõem o biogás. Em seguida, esse biogás também passará por um processo de purificação e depois abastecerá os geradores. Parte desse gás ainda poderá ser utilizada para produzir biometano (com 95% de metano), que é um potencial substituto do gás natural que abastece veículos (GNV).

Inicialmente, a planta de biogás da Raízen produzirá apenas energia elétrica, mas a perspectiva é, mais adiante, ampliar seu escopo para a produção do biometano. Para a geração de 1 megawatt (MW) no modelo da planta que está sendo erguida, são necessários 9 mil toneladas de "torta de filtro" e 100 milhões de litros de vinhaça, gerados para a produção de cerca de 8 milhões de litros de etanol.

O projeto começou a sair do papel em 2016, quando a Raízen acertou a venda de eletricidade tendo o biogás como fonte em leilão do tipo A-5 realizado pela Aneel, que prevê o início da entrega da energia em 2021. Foi acertada a venda de 14 megawatts (MW), mas a usina de Guariba terá capacidade instalada de 21 MW. Existe potencial, portanto, para a empresa exportar à rede 138 mil MWh ao ano.

Mas os planos nasceram ao menos dois anos antes, quando a companhia começou um "namoro" com a Geo Energética para estabelecer a parceria. "Já se fala de biogás de vinhaça no setor faz muito tempo, mas essa combinação com a 'torta de filtro' é uma novidade no mundo", ressalta Alessandro Gardemann, presidente da GEO Energética. A vantagem de acrescentar os resíduos sólidos ao processo é não depender apenas do período da safra de cana.

"Armazenar a vinhaça [para a entressafra] é antieconômico, porque a quantidade é muito grande e a energia, pequena. Já a torta, por ser sólida, ocupa menos espaço e tem mais energia. Isso permite geração de energia 365 dias por ano", diz ele. Por demandar uma matéria-prima que já está disponível, replicar esse investimento está no radar da Raízen, a depender do sucesso da empreitada inicial.

"Precisamos garantir que os resultados operacionais e financeiros estejam de acordo com nossas expectativas. Sendo atingidos, planejamos nossos próximos passos", afirma João Alberto Abreu. Mas a companhia está confiante.

Considerando a receita garantida com a comercialização de energia para o leilão e outras receitas, como a venda da energia no mercado livre, a expectativa é faturar R\$ 40 milhões ao ano com essa planta. O investimento deverá oferecer uma taxa de retorno "de dois dígitos" e deverá se pagar em sete anos, afirma o executivo. Do total a ser investido, 80% será financiado pelo BNDES, com prazo de dez anos e três anos de carência.



Os ganhos da Raízen com a usina de biogás ainda poderão ser potencializados se a companhia enveredar pela produção de biometano, que demandará aporte adicional para a compressão do gás. O horizonte ideal, segundo Abreu, é utilizá-lo para abastecer tratores e colhedoras de cana, no lugar do diesel - que, atrelado às cotações do petróleo e ao dólar, tem peso expressivo nos custos das usinas. "Para cada metro cúbico de diesel substituído por gás, gastaríamos 50% a menos", exemplifica.

Além disso, essa substituição reduziria a pegada de carbono do processo produtivo do etanol da Raízen Energia, o que a credenciaria a comercializar mais certificados de biocombustíveis (CBios) que serão negociados quando o RenovaBio estiver em operação. A empresa estima que, se toda a frota de tratores e caminhões que transportam a cana da usina sucroalcooleira de Guariba fosse adaptada e todo o consumo migrasse para o biometano, a pegada de carbono do etanol da unidade seria 20% inferior à atual.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 23/08/2018**

**Seção: Agronegócios**

**Autor: Fernanda Pressinott | De São Paulo**

**Título: Bunge vende contratos de açúcar para Wilmar**

A americana Bunge, uma das maiores empresas de agronegócios do mundo, informou ontem que fechou a venda de suas operações de trading de açúcar para a asiática Wilmar International. Os termos financeiros do acordo não foram divulgados. Também em comunicado, a Wilmar informou que o negócio envolve os contratos globais de comercialização de açúcar bruto e refinado da Bunge e de suas subsidiárias, inclusive a brasileira.

Inicialmente, a expectativa era que a Wilmar comprasse apenas a carteira da Bunge na Ásia, em razão do plano da trading com sede em Cingapura de melhorar seu posicionamento na Tailândia, um dos três maiores países exportadores de açúcar do mundo, junto com Brasil e Índia. A Wilmar passou a atuar no mercado de açúcar em 2010, e hoje conta com oito usinas na Austrália e unidades de refino na Austrália, na Nova Zelândia e na Indonésia, que lidera as importações globais da commodity.

A Bunge continua com negócios no segmento sucroalcooleiro no Brasil, onde tem oito usinas que, juntas, têm capacidade para processar 22 milhões de toneladas de cana por safra. Em maio, a múlti protocolou na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pedido de registro de companhia aberta para a Bunge Açúcar & Bioenergia, que reúne tais ativos e chegou a ser avaliada por R\$



6 bilhões. Mas, pouco tempo depois, suspendeu o processo de abertura de capital devido a condições adversas do mercado.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 23/08/2018

**Seção:** Finanças

**Autor:**

**Título:** Ações globais têm maior série de ganhos em 6 meses

As ações globais igualaram ontem a maior série de altas em seis meses, num dia em que o dólar caiu e os preços do petróleo saltaram.

O índice MSCI para ações de mercados desenvolvidos e emergentes subiu na quarta-feira 0,24%, aos 518,418 pontos. O indicador avança por cinco pregões consecutivos, feito só superado pela série de seis altas registrada em fevereiro passado. Nos últimos cinco dias úteis, o MSCI recuperou 1,99% de seu valor.

O índice considera as ações de 23 mercados ricos e 24 emergentes, cobrindo 85% do universo acionário passível de investimento. O valor de mercado do índice está em torno de US\$ 50 trilhões, mais de 24 vezes o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e quase toda a produção mundial.

Apesar de ter ficado perto do zero a zero, Wall Street foi, de novo, o destaque, com o mercado local ingressando no que para alguns analistas se tornou o mais longo período de altas da história das ações nos Estados Unidos.

O S&P 500 teve, ontem, variação negativa de 0,04%, aos 2.861,82 pontos. O Dow Jones caiu 0,34%, a 25.733,60 pontos. O Nasdaq Composto subiu 0,38%, aos 7.889,10 pontos. O índice Russell 2000 - de "small caps" - terminou em alta de 0,28%, aos 1.722,00 pontos, segunda máxima recorde consecutiva.

A ata da última reunião de política monetária do Federal Reserve (Fed, BC americano), divulgada ontem, acabou tendo impacto limitado nos preços, com os membros do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) prosseguindo com a sinalização de mais altas graduais de juros. O "yield" do Treasury de dez anos caiu a 2,823% ao ano, de 2,846% da véspera. O "spread" entre as taxas de dez e dois anos, visto como um indicador que antecipa recessões, voltou à casa de 22 pontos-base, em torno das mínimas desde agosto de 2007.

O noticiário envolvendo o presidente americano, Donald Trump, pesou sobre o dólar. O índice DXY - que mede o valor da moeda frente a uma cesta com seis

rivals - caiu 0,11% para o menor patamar em duas semanas. A fraqueza da divisa ajudou as commodities. O índice CRB de matérias-primas, que reúne 19 produtos básicos, teve ganho de 0,59%, para 191,12 pontos, máxima em 12 dias. Ainda nos EUA, o petróleo WTI para outubro subiu 3,07%, a US\$ 67,86 o barril. **(Com agências internacionais)**

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 23/08/2018**

**Seção: Finanças**

**Autor: Sérgio Tauhata | De São Paulo**

**Título: Mercado de seguro para óleo e gás pode dobrar**

Depois de quase cinco anos sob impacto de uma "tempestade perfeita", com a crise na indústria petroleira brasileira e a queda nas cotações internacionais da commodity, as perspectivas para os seguros de óleo e gás começam a melhorar e os próximos anos podem ser bastante positivos para esse ramo, segundo especialistas e executivos do setor.

Entre 2013 e 2017 os prêmios emitidos em seguros de riscos de petróleo caíram mais de 60%, mas os problemas que afetaram o setor já estão se diluindo. A indústria virou a página dos escândalos de corrupção, o preço internacional do barril voltou a um patamar lucrativo para produtores, a economia brasileira saiu da recessão, os investimentos em operações no país foram destravados com mudanças de regras e o governo retomou a agenda de leilões de blocos de exploração.

A questão agora é qual o potencial de expansão do ramo, ou seja, a velocidade e o tamanho da retomada. As estimativas variam: para alguns, o crescimento poderia ser de 60% em cinco anos; já outros, veem a possibilidade de o mercado dobrar de tamanho em três anos.

Um cenário, no entanto, parece certo: os prêmios devem voltar, ao menos, para o patamar de 2013, melhor momento na década. Isso significa retomar um valor acima de R\$ 720 milhões anuais. "Acho que em três ou quatro anos a gente consegue voltar ao tamanho do mercado de cinco anos atrás", afirma o CEO da resseguradora Austral, Carlos Frederico Ferreira.

Dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep) mostram que o ano passado terminou com R\$ 274 milhões em prêmios emitidos, o menor volume desde 2010. A queda alcançou 62,5% na comparação com 2013.

No primeiro semestre de 2018, as estatísticas do órgão já apontam uma melhora. De janeiro a junho, os prêmios somam R\$ 270,6 milhões, ou seja, praticamente todo o montante realizado em 2017. O problema é que o segundo semestre tende a ter desempenho pior devido à cautela provocada pelas eleições.

Um dos principais combustíveis para as projeções otimistas das companhias de seguros e resseguros vem da retomada dos leilões tanto pelo sistema de partilha, no qual o Estado é dono das reservas, quanto de concessões, pelo qual as companhias pagam royalties sobre a produção. De setembro de 2017 até junho deste ano foram realizados cinco leilões, que incluíram três rodadas de licitação de blocos do pré-sal. Uma nova oferta do pré-sal está marcada para 28 de setembro.

Segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), as 68 áreas arrematadas até o momento vão gerar investimento mínimo de US\$ 3,5 bilhões, ou seja, R\$ 13 bilhões, apenas na fase inicial de exploração. O órgão estima ainda um total de R\$ 300 bilhões em desembolsos diretos pelas petroleiras ao longo da vigência dos contratos e potencial de arrecadação fiscal de R\$ 1,2 trilhão.

Pela experiência de Ferreira, o valor de prêmio para seguros por poço alcança de R\$ 4 milhões a R\$ 5 milhões. "O programa exploratório mínimo exige a perfuração de pelo menos um poço, mas a gente sabe que esse número tende a aumentar ao longo da campanha", afirma. Nos cálculos do CEO da Austral, "apenas em quatro blocos estimamos um potencial de emissão de R\$ 40 a R\$ 50 milhões em prêmios".

Se o valor médio for extrapolado para os 68 blocos arrematados nos últimos dez meses, o potencial para prêmios emitidos apenas na modalidade de riscos de petróleo, que cobre equipamentos e instalações diretamente relacionadas à produção, prospecção e perfuração, além de áreas de armazenamento em terra, marítimas e dutos, já alcançaria R\$ 765 milhões. "E a gente nem está falando da cadeia de fornecedores da indústria, que incluem navios de apoio, mergulhadores, transporte aéreo ou serviços. Todos são consumidores de seguro", diz Ferreira.

No longo prazo, o mercado tende a alcançar um patamar ainda maior. "Vendo a quantidade de reservas do pré-sal e o potencial ainda não explorado, realmente existe a possibilidade de o mercado de seguros ser muito maior do que foi, só se baseando nos dados da ANP", afirma a diretora de subscrição internacional do IRB Brasil Re, Isabel Blazquez Solano. "Já estamos nos adiantando para esse cenário de crescimento e nos preparando tanto internamente quanto externamente."

Na visão do diretor de óleo e gás e riscos marítimos da consultoria e corretora Aon, Paulo Niemeyer Neto, "temos o potencial para crescer bem mais do que o tamanho do mercado visto em 2013". O quanto mais, porém, vai depender da estabilidade do cenário externo de preços do petróleo, da manutenção da agenda de leilões e da previsibilidade das regras no Brasil, pondera.

Para o vice-presidente de riscos de petróleo e executivo-chefe de estratégia da JLT, Adriano Oka, a volta do interesse, principalmente por parte de petroleiras estrangeiras, pelo setor no Brasil tem ficado evidente desde a mudança das regras. "Temos realizado muitas conversas com multinacionais e a gente observa um apetite muito grande para retomada de investimentos", afirma.

Oka ressalta que "do meio para o fim de 2017 toda a indústria de petróleo aguardava com ansiedade as mudanças na legislação que favorecessem o investimento estrangeiro - e isso aconteceu". O executivo acrescenta que "o discurso lá fora tem sido unânime de que precisamos de um governo que mantenha as políticas de incentivo na indústria de óleo e gás."

Apesar de as perspectivas permitirem ao segmento de seguros de riscos de petróleo sonhar com um futuro mais brilhante, ainda vai demorar entre um e dois anos para que os resultados comecem, de fato, a refletir a retomada da atividade de exploração. Além das incertezas políticas ligadas à eleição neste ano, a indústria ainda deve levar um tempo da assinatura dos contratos até efetivar suas projeções de investimento.

"O mercado segurador espera que 2020 seja o principal período de recuperação. Já 2019 será, na verdade, um ano de retomada para a indústria de óleo e gás", avalia Oka. A diretora do IRB compartilha a mesma análise. "Mais para o final de 2019, é provável que sejamos capazes de efetivar esses contratos [de seguros], mas hoje ainda não estamos vendo isso acontecer", diz Isabel.

Os sinais já têm surgido de que a retomada para o setor começou, embora ainda permaneça tímida. Um levantamento da Neoway, empresa de "big data", que usa inteligência artificial para analisar tendências de infraestrutura, mostra crescimento do nível de atividade em um universo de 180 mil empresas da cadeia ampla de óleo e gás no Brasil.

Os índices de atividade apurados na pesquisa indicam que, entre 2015 e 2017, o nível classificado como "alto" decresceu de 33% para 31% e, depois, recuou para 30%, respectivamente, nesses três anos. A maior parte das empresas permaneceu em patamar considerado "médio", com percentuais de 40% em 2015, 42% no ano seguinte e 43% em 2017.

Em 2018, o panorama mudou significativamente. A parcela das companhias com nível de atividade "alto" se tornou maioria absoluta, ao saltar para 55%. Já o patamar "médio" recuou para 33%. Segundo a executiva-chefe de marketing da Neoway, Cristina Penna, um índice mais elevado, em geral, mostra inclinação das empresas em contratar e investir em expansão.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 23/08/2018**

**Seção: Finanças**

**Autor: Sérgio Tauhata | De São Paulo**

**Título: Mudança de regras destrava investimento estrangeiro**

A mudança de normas ocorrida entre o fim de 2016 e começo de 2018 aumentou a atratividade do setor de óleo e gás no Brasil e vai funcionar como catalisador ao segmento de seguros nos próximos anos. Entre as principais alterações, especialistas ressaltam o fim da obrigatoriedade de manter a Petrobras como única operadora do pré-sal e a flexibilização das exigências de conteúdo local, que antes estabeleciam índices muitas vezes impraticáveis de nacionalização.

O término da compulsoriedade para a petroleira nacional assumir a operação nas águas profundas permitiu a entrada de novas empresas nessa função, entre as quais a norueguesa Statoil e a holandesa Shell. A mudança ajudou a própria estatal a elaborar um plano de investimento mais racional, uma vez que ficou livre da necessidade de aumentar cada vez mais o endividamento para fazer frente aos custos das campanhas no pré-sal. Pelas regras instituídas, porém, a Petrobras ainda mantém a preferência na escolha das áreas.

A alteração nas exigências de conteúdo local também ajudou a destravar o interesse pelas ofertas de blocos. As condições passaram a valer já nos últimos cinco leilões realizados entre setembro de 2017 e junho deste ano.

Até a revisão, a norma determinava a obrigatoriedade de conteúdo local, ou seja, a aquisição de produtos feitos no Brasil, para cerca de 70 itens e subitens, com percentuais mínimos de 37% a até 90%. Muitas vezes a indústria local não conseguia atender a demanda e, como consequência, as companhias deixavam de alcançar os limites. Dados da ANP mostram o valor total das punições por descumprimento de contrato desde 2010 em cerca de R\$ 540 milhões.

Agora, a exigência se tornou mais genérica e recai sobre cinco grupos, com limites mínimos entre 18% e 50%. Na prática, dizem especialistas, os

percentuais caíram pela metade e as companhias ganharam flexibilidade para decidir o que preferem comprar de fornecedores domésticos ou importar.

Resolução publicada em abril pela ANP prevê ainda que empresas com contratos antigos possam pedir uma adequação de parâmetros. "Muitos projetos estavam travados porque não conseguiam cumprir a exigência e 54 contratos já solicitaram equipamentos dentro da nova regra", afirma Calos Frederico Ferreira, CEO da Austral.

Os resultados traduzem o quão atrativo se tornou o mercado brasileiro. Relatório da resseguradora Austral sobre os últimos leilões mostra que a ExxonMobil, por exemplo, depois de quase duas décadas ausente do país, elevou sua participação de dois para 25 blocos. Chevron, BP e Qatar Petrol são outras gigantes que fizeram sua estreia no pré-sal. Sem contar o aumento da presença das principais petroleiras do mundo, como Equinor, Petrogal, Repsol, Shell e Total.

Segundo o diretor de grandes indústrias e energia da corretora Marsh Brasil, Wellington Zanardi, empresas americanas, holandesas, suíças, dinamarquesas, francesas e chinesas estão se instalando no Brasil. "É um movimento que começou em 2017 e vem ganhando força neste ano com o movimento forte de associações e aquisições de empresas locais por estrangeiros, principalmente para acelerar o processo de instalação e contratação de mão de obra local", afirma.

Outras medida, afirma Ferreira, da Austral, têm ajudado a manter um horizonte de maior visibilidade para o setor. A ANP divulgou um calendário de rodadas que prevê leilões até 2021. A agência aprovou em junho um sistema de oferta permanente, que consiste na venda contínua de campos e blocos devolvidos (ou em processo de devolução) e de blocos não arrematados em licitações anteriores. O programa pretende reunir 2 mil blocos disponíveis até o fim de 2019.

**MME / ASCOM .**